

## **ÍNDICE REMISSIVO TEMÁTICO** **(PAGINAÇÃO BASEADA NOS VOLUMES IMPRESSOS)**

### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

A CONCILIAÇÃO NO DIREITO PÚBLICO BRASILEIRO: A EXPERIÊNCIA DO CIRADS NO RIO GRANDE DO NORTE	Vol. 13.2, 229-246
A EFICÁCIA DO DIREITO DE PREEMPÇÃO NO PLANO DIRETOR	Vol. 6, 191-206
A LIVRE APRECIÇÃO DO MAGISTRADO NA DESAPROPRIAÇÃO JUDICIAL	Vol. 3, 331-342
A MUDANÇA DE PERFIL DO JUDICIÁRIO: O EXEMPLO SINGESPA	Vol. 15.2, 115-135
A QUESTÃO DA COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS NO EXAME DA ACUMULAÇÃO DE PROVENTOS DE PROFESSOR APOSENTADO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE COM VENCIMENTOS DE MÉDICO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	Vol. 7, 427-433
AGÊNCIAS REGULADORAS: AUTONOMIA E CONTROLE	Vol. 9, 223-254
ALTERAÇÃO NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E OBEDIÊNCIA AOS LIMITES DE VALOR DA MODALIDADE LICITATÓRIA QUE ANTECEDEU A CONTRATAÇÃO	Vol. 10, 217-230
CONTROLE JURISDICIONAL DA DISCRICIONARIEDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS DESTINADOS AO AUMENTO DOS PREÇOS DA TARIFA DE ENERGIA ELÉTRICA	Vol. 8, 479-493
CONTROLE JURISDICIONAL E DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA	Vol. 1, 195-202
DIREITO ADMINISTRATIVO, NORMA JURÍDICA E ATO ADMINISTRATIVO	Vol. 2, 190-201
DISCRICIONARIEDADE X VINCULAÇÃO: LICENÇAS DE PRODUÇÃO DE ENERGIA	Vol. 16.2, 73-102
MEDICAMENTOS DE ALTO CUSTO, DECISÃO JUDICIAL E A RESPONSABILIDADE DOS MUNICÍPIOS	Vol. 8, 221-245
MOTIVAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO DE DISPENSA DO EMPREGADO PÚBLICO	Vol. 7, 153-170
O CONTROLE JURISDICIONAL SOBRE OS ATOS EMANADOS PELO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA – CADE	Vol. 12.1, 45-74

O PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E A SÚMULA Nº. 343 DO STJ	Vol. 9, 313-328
OS DUTOS DE TRANSPORTE DO GÁS NATURAL E A REGULAÇÃO DO LIVRE ACESSO NO BRASIL: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E ATUAIS	Vol. 7, 283-303
OS LIMITES DO CONTROLE JURISDICIONAL SOBRE A DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA: UM ESTUDO À LUZ DA PRINCIPIOLOGIA CONSTITUCIONAL	Vol. 10, 231-254
SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO: PROPORCIONALIDADE DOS VALORES CONSTITUCIONAIS	Vol. 16.2, 11-43
TEORIA DO FATO CONSUMADO: APLICAÇÃO E EFICÁCIA À LUZ DA SEGURANÇA JURÍDICA	Vol. 13.1, 25-50

## DIREITO AMBIENTAL

A CONFIGURAÇÃO CONSTITUCIONAL DA PROPRIEDADE DAS MINAS E A RESPONSABILIZAÇÃO PELOS DANOS AMBIENTAIS NUM CONTEXTO DE ECONOMIA DE MERCADO	Vol. 3, 437-461
A ECONOMIA PERVERSA: O IMPACTO DOS MERCADOS SOBRE O MEIO AMBIENTE	Vol. 6, 239-256
A IMPORTÂNCIA DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS INTERMUNICIPAIS PARA A DEFESA DO MEIO AMBIENTE	Vol. 6, 77-86
A (IN)APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO A PROIBIÇÃO DE RETROCESSO AMBIENTAL NO DIREITO BRASILEIRO	Vol. 15.2, 11-37
A GESTÃO DESCENTRALIZADA DOS RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL, SOB O PRISMA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	Vol. 16.1, 39-63
A MATRIZ TEÓRICA DO DIREITO AMBIENTAL: UMA REFLEXÃO SOBRE O FUNDAMENTO DA NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	Vol. 3, 71-83
A PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. E O NOVO MARCO REGULATÓRIO BRASILEIRO	Vol. 15.1, 71-95
A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE NA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA DE 1989	Vol. 15.3, 191-212
A REGULAÇÃO DA ÁGUA NOS CAMPOS PETROLÍFEROS	Vol. 3, 471-496
A RESERVA FLORESTAL LEGAL EM SEU DEVIDO LUGAR: UMA BREVE VISADA CRÍTICA NA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS SOB A ÓPTICA DE PRINCÍPIOS CARDEAIS DO DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO	Vol. 7, 227-244

A SOLIDARIEDADE SOCIAL E A CIDADANIA NA EFETIVAÇÃO DO DIREITO A UM MEIO AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO ..... Vol. 3, 175-184

ADAPTAÇÃO À MUDANÇA CLIMÁTICA E RECURSOS HÍDRICOS: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE UNIÃO EUROPEIA E BRASIL ..... Vol. 15.1, 11-37

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA), E O DIREITO DO CIDADÃO A UM SISTEMA DE SANEAMENTO BÁSICO EFICIENTE: ANÁLISE ACERCA DA ATUAÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE ..... Vol. 12.2, 175-196

ANÁLISE JURÍDICA DA POLUIÇÃO SONORA ..... Vol. 3, 557-574

ANALISI CRITICA DEL C.D. "CODICE AMBIENTALE": UNA RACCOLTA DI LEGGI AMBIENTALI, NON UN VERO E PROPRIO TESTO UNICO ..... Vol. 7, 45-52

AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, CONFORME A LEI Nº 9.985/2000: SUAS CARACTERÍSTICAS E REGIME JURÍDICO-AMBIENTAIS ..... Vol. 8, 371-400

ASPECTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL EM MATÉRIA AMBIENTAL ..... Vol. 8, 583-600

ASPECTOS GENERALES DE LA PROTECCIÓN JURÍDICA AMBIENTAL DE LA ACTUAL UNIÓN EUROPEA ..... Vol. 12.1, 25-44

ASPECTOS GERAIS DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL ..... Vol. 2, 324-346

AVANÇOS E RETROCESSOS DO DIREITO DO AMBIENTE NA EUROPA COMUNITÁRIA: ANÁLISE CRÍTICA DA DIRECTIVA 2004/35/CE RELATIVA A RESPONSABILIDADE AMBIENTAL ..... Vol. 1, 74-94

COMPETÊNCIA LEGISLATIVA EM MATÉRIA AMBIENTAL ..... Vol. 5, 579-594

CONFIGURAÇÃO JURÍDICA DO DIREITO AO MEIO AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO ..... Vol. 4, 431-458

CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA INJUSTA DISTRIBUIÇÃO DO DANO E DO RISCO AMBIENTAL NO ESPAÇO SOCIAL ..... Vol. 7, 411-425

CUSTOS DE TRANSAÇÃO EM ENERGIAS RENOVÁVEIS E SUA IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ..... Vol. 16.1, 105-134

ENTROPIA ORÇAMENTÁRIA: O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NA VIABILIZAÇÃO DO CRÉDITO FAMILIAR SUSTENTÁVEL ..... Vol. 15.3, 11-30

ESTUDO COMPARATIVO DA PROTEÇÃO CONCENTRADA DO MEIO AMBIENTE NOS SISTEMAS CONSTITUCIONAIS DO BRASIL E DA COLÔMBIA	Vol. 4, 173-180
FUNDAMENTO E LIMITES DA INTERVENÇÃO DO ESTADO-JUIZ NA ATIVIDADE PRIVADA EM RELAÇÃO AO BEM AMBIENTAL	Vol. 5, 87-98
GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE: CONSTITUINDO NOVOS PARADIGMAS NA PÓS-MODERNIDADE	Vol. 16.2, 163-186
HISTÓRIA, DIREITO E MEIO AMBIENTE: DIÁLOGOS POSSÍVEIS	Vol. 8, 87-116
IL RECEPIMENTO DELLA DIRETTIVA EUROPEA 2004/35/CE IN MATERIA DI RESPONSABILITÀ PER DANNI ALL'AMBIENTE: UM INCONCILIABILE COMPROMESSO ALL'ITALIANA	Vol. 6, 49-56
JURISGAIA: A QUESTÃO AMBIENTAL E OS LIMITES DE SUA INVOCAÇÃO	Vol. 4, 411-430
LEI DE BIOSSEGURANÇA E DEFESA DO MEIO AMBIENTE: A NECESSIDADE DE PREVINIR OS RISCOS LABORAIS	Vol. 2, 57-81
LIBERDADE E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL	Vol. 1, 166-175
MEIO AMBIENTE DO TRABALHO	Vol. 6, 359-37
O ATUAL ESTADO REGULATÓRIO E A PROTEÇÃO AMBIENTAL: ANÁLISE DAS ATRIBUIÇÕES DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO	Vol. 11, 335-350
O PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA: ASPECTOS DA PROTEÇÃO JURÍDICA DA FAUNA	Vol. 7, 345-375
OMISSÃO INDIRETA E RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL DO ESTADO	Vol. 4, 153-172
OUTORGA DE DIREITO DE USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	Vol. 8, 563-582
POLÍCIA SANITÁRIA E LIBERDADE INDIVIDUAL	Vol. 14.2, 219-233
PRESSUPOSTOS PARA UMA TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL AMBIENTAL	Vol. 1, 127-165
REFLEXÕES SOBRE A RENÚNCIA AO MODELO ANTROPOCÊNTRICO E SUAS CONSEQUÊNCIAS	Vol. 15.1, 195-222

RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL: ANÁLISE DO SEU REGIME JURÍDICO	Vol. 11, 285-298
RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL NA ATIVIDADE DE REVENDA DE COMBUSTÍVEIS	Vol. 12.2, 157-174
RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR NOS DANOS AO MEIO AMBIENTE LABORAL	Vol. 16.3, 59-91
RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA NOS CRIMES AMBIENTAIS	Vol. 3, 217-230
RESTRICÇÕES À LIVRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE E À SAÚDE PÚBLICA NA UNIÃO EUROPEIA	Vol. 7, 123-138
UMA CONCEPÇÃO DE MEIO AMBIENTE	Vol. 8, 27-36

## **DIREITO CIVIL**

A BOA-FÉ CONTRATUAL NOS REGIMES JURÍDICOS DO CÓDIGO CIVIL E DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	Vol. 4, 349-358
A COLISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NA PRESUNÇÃO DE PATERNIDADE	Vol. 11, 319-334
A FAMÍLIA PELA ÓPTICA PSICANALÍTICA	Vol. 5, 147-158
A FUNÇÃO SOCIAL DOS CONTRATOS COMO INSTRUMENTO PARA A SUSTENTABILIDADE	Vol. 15.1, 171-193
A RESPONSABILIDADE PROSPECTIVA COMO PRINCÍPIO IMPLÍCITO NA ORDEM CONSTITUCIONAL BRASILEIRA	Vol. 13.2, 45-70
A REVISÃO CONTRATUAL: PRINCÍPIOS INFORMADORES E NOVAS PERSPECTIVAS	Vol. 3, 353-368
A SISTEMÁTICA DAS CLÁUSULAS GERAIS NO NOVO CÓDIGO CIVIL	Vol. 5, 455-470
ABUSO DE DIREITO E O SEU CONHECIMENTO DE OFÍCIO PELO JUIZ	Vol. 11, 09-20
ADOÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES POR PARCEIROS HOMOSSEXUAIS NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE	Vol. 3, 125-148
ADOÇÃO DE FATO E A POSSIBILIDADE DE SEU RECONHECIMENTO PÓSTUMO	Vol. 5, 553-578

ADOÇÃO POR CASAIS HOMOSSEXUAIS: DO PRECONCEITO À JUSTIÇA	Vol. 5, 529-544
BREVE ESCORÇO ACERCA DA RESPONSABILIDADE CIVIL NA WEB	Vol. 12.2, 09-30
CONTRATO E AUTOPOIESE: UMA OBSERVAÇÃO SOCIOLÓGICO-JURÍDICA EM NIKLAS LUHMANN E GUNTHER TEUBNER	Vol. 15.3, 171-190
CONTRATOS DE JOGO E APOSTA: PERMISSÃO OU PROIBIÇÃO?	Vol. 15.2, 93-113
DANO MORAL COLETIVO	Vol. 7, 199-225
DOS ALIMENTOS GRAVÍDICOS	Vol. 12.1, 135-142
LIAMES ACERCA DA NOVA CONCEPÇÃO DO DIREITO DE FILIAÇÃO: A AFETIVIDADE FAMILIAR EM DETRIMENTO DA PERSPECTIVA GENÉTICA	Vol. 8, 515-529
LINEAMENTOS DO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA NO DIREITO CONTRATUAL CONTEMPORÂNEO: UMA RELEITURA NA PERSPECTIVA CIVIL-CONSTITUCIONAL	Vol. 14.1, 165-198
O DIREITO AO CONHECIMENTO DA ASCENDÊNCIA BIOLÓGICA COMO UM NOVO DIREITO DA PERSONALIDADE	Vol. 6, 87-112
O INSTITUTO DA POSSE NO ÂMBITO INDÍGENA	Vol. 7, 245-261
O PRINCÍPIO DA SOBERANIA DA VONTADE NO DIREITO PRIVADO: PERSPECTIVA HISTÓRICA, POLÍTICA, ECONÔMICA, JURÍDICA E FILOSÓFICA	Vol. 2, 27-40
O RECONHECIMENTO DA UNIÃO HOMOAFETIVA COMO ENTIDADE FAMILIAR	Vol. 3, 419-436
O SUPRIMENTO DE IDADE PARA MATRIMÔNIO FRENTE À MODIFICAÇÃO PENAL	Vol. 3, 287-298
POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	Vol. 16.2, 129-161
REFLEXOS DOS DIREITOS HUMANOS NAS RELAÇÕES JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO FACE ÀS DECISÕES DO STF	Vol. 14.1, 99-121
REGIME JURÍDICO DE PROTEÇÃO À PROPRIEDADE INDUSTRIAL NO BRASIL	Vol. 13.1, 173-194
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ENFERMEIRO	Vol. 2, 260-269

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO PERANTE OS MALEFÍCIOS ORIUNDOS DA GREVE NO SERVIÇO PÚBLICO	Vol. 9, 33-56
RESPONSABILIDADE CIVIL DO MÉDICO NA CIRURGIA PLÁSTICA ESTÉTICA	Vol. 3, 29-52
TEORIA DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL OU DO INADIMPLEMENTO DE ESCASSA IMPORTÂNCIA: RE-FLEXOS DA BOA-FÉ OBJETIVA	Vol. 11, 231-252
UMA REFLEXÃO SOBRE O PROBLEMA DO INÍCIO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	Vol. 5, 229-254

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

15 ANOS DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO: BREVE RETRATO DO MAIOR ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA DO PAÍS	Vol. 9, 115-140
A COLISÃO ENTRE DIREITOS FUNDAMENTAIS E SUA SOLUÇÃO NO CASO “SIEGFRIED ELLWANGER” JULGADO PELO STF	Vol. 7, 171-198
A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E A POSSE DE TERRAS PÚBLICAS RURAIS	Vol. 14.1, 47-72
A FISCALIZAÇÃO DA INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO	Vol. 14.1, 11-46
A FORÇA NORMATIVA DAS DIRETRIZES DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE DO BRASIL	Vol. 6, 227-238
A IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA OFERECIDO PELA ENTIDADE FAMILIAR COMO GARANTIA REAL EM FAVOR DE PESSOA JURÍDICA	Vol. 4, 37-52
A IMPORTÂNCIA DA POSTURA DO JUIZ CRIMINAL PARA A DEFESA DO REGIME CONSTITUCIONAL DE PROTEÇÃO À LIBERDADE	Vol. 6, 63-76
A INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI MARIA DA PENHA SOB O PRISMA DA IGUALDADE CONSTITUCIONAL	Vol. 5, 59-72
A INTERPRETAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: INTERPRETAR É ARGUMENTAR POR MEIO DE PRINCÍPIOS	Vol. 5, 197-214
A LEGISLAÇÃO CONFORMADORA E RESTRITIVA NA DEFINIÇÃO DO CONTEÚDO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	Vol. 9, 87-98
A LIBERDADE DE IMPRENSA FRENTE AO DIREITO À PRIVACIDADE	Vol. 5, 159-172

A NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL E A TUTELA DO DIREITO À DIFERENÇA	Vol. 17.1, 11-33
A OBRIGAÇÃO ESTATAL DE PRESTAÇÃO DO “TRATAMENTO ADEQUADO” E O CARÁTER PRINCIPIOLÓGICO DA TUTELÀ À SAÚDE	Vol. 13.2, 171-188
A POSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO JUDICIAL NAS CHAMADAS POLÍTICAS PÚBLICAS	Vol. 1, 380-392
A PROBLEMÁTICA DA EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS	Vol. 13.2, 71-90
A QUESTÃO DA INEFICÁCIA SOCIAL DA CONSTITUIÇÃO E OS NOVOS RUMOS NA ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	Vol. 2, 351-368
A RACIONALIZAÇÃO DE RECURSOS VOLTADOS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE: A JUSTIÇA GERAL E A JUSTIÇA INDIVIDUAL	Vol. 15.1, 97-140
A RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL E O PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA	Vol. 9, 291-312
A REPERCUSSÃO GERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO E OS EFEITOS PRODUZIDOS NO CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE	Vol. 12.1, 211-232
A VOTAÇÃO UNÂNIME NO JÚRI E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL	Vol. 2, 290-306
ACESSO SUBSTANCIAL DOS DISCRIMINADOS À JUSTIÇA	Vol. 3, 19-26
ALGUNAS CONSIDERACIONES CRÍTICAS SOBRE LOS PROCESOS CONSTITUYENTES EM ECUADOR Y VENEZUELA	Vol. 6, 307-316
<i>AMICUS CURIAE</i> : O PLURALISMO DEMOCRÁTICO E O PROCESSO DE CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL	Vol. 2, 270-289
ANÁLISE DA (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA VEDAÇÃO LEGAL À LAQUEADURA TUBÁRIA EM PARTO CESSÁRIO	Vol. 16.1, 11-37
APONTAMENTOS PARA UM CONCEITO JURÍDICO DE CIDADANIA	Vol. 1, 31-72
ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL: CONCEITO, PRINCIPAIS ASPECTOS, MODALIDADES E EFEITOS À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	Vol. 7, 97-121
AS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO E O DEVIDO PROCESSO LEGAL	Vol. 4, 339-348



ASPECTOS CONSTITUCIONAIS DA INTERCEPTAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES EM SALAS DE BATE-PAPO VIRTUAIS	Vol. 11, 37-50
BREVE ESTUDO ACERCA DA DELIMITAÇÃO CONSTITUCIONAL DA COMPETÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO	Vol. 7, 263-282
BREVES NOTAS ACERCA DA IMPORTÂNCIA DA OBEDIÊNCIA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DA FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS	Vol. 5, 73-86
COLISÃO ENTRE O DIREITO AO CONHECIMENTO DA ASCENDÊNCIA BIOLÓGICA E O DIREITO À INVIOLABILIDADE DO CÓDIGO GENÉTICO	Vol. 11, 79-102
COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA: EVOLUÇÃO E FRAGILIDADES – ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	Vol. 1, 176-198
CONFLITO DE INTERESSES NO ÂMBITO CONSTITUCIONAL: UMA ANÁLISE SOB A ÉGIDE DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE	Vol. 9, 329-350
CONTROLE JURISDICIONAL SOBRE O ORÇAMENTO PÚBLICO PARA EFETIVAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE	Vol. 5, 505-518
DA INCONSTITUCIONALIDADE DAS NORMAS PENAIS EM BRANCO HETEROGÊNEAS	Vol. 8, 37-56
DEMOCRACIA, JUDICIÁRIO E A CRÍTICA À JUDICIAL REVIEW	Vol. 16.2, 187-210
DIREITO CONSTITUCIONAL-AMBIENTAL: UMA PEDAGOGIA NORMATIVA	Vol. 16.2, 45-72
DIREITO CONSTITUCIONAL À INFORMAÇÃO: REFLEXOS SOBRE GARANTIAS POSSÍVEIS	Vol. 3, 575-590
DIREITOS SOCIAIS: EM BUSCA DE UMA JUSTICIABILIDADE POSSÍVEL	Vol. 11, 155-172
DOS LIMITES E POSSIBILIDADES DA APLICAÇÃO DO HABEAS DATA	Vol. 9, 141-156
FUNÇÃO JURÍDICO-ORIENTADORA DA DEFENSORIA PÚBLICA	Vol. 12.2, 211-228
EFETIVAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS: O PAPEL DAS SÚMULAS VINCULANTES NA TUTELA DE INTERESSES COLETIVOS	Vol. 12.1, 09-24
ENSAIO SOBRE A CONSTITUCIONALIDADE DO PROVIMENTO DOS CARGOS EM COMISSÃO	Vol. 5, 347-360

HABEAS CORPUS E O DIREITO AO SILÊNCIO NAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO: GARANTIA CONSTITUCIONAL OU MUNIFICÊNCIA DOS TRIBUNAIS	Vol. 4, 129-138
INCONSTITUCIONALIDADE DA URNA ELETRÔNICA	Vol. 3, 279-286
JUÍZO PRÉVIO DE ADMISSIBILIDADE DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS ANTES DE SUA ENTRADA EM VIGOR: UMA CONTRIBUIÇÃO À SEGURANÇA JURÍDICA	Vol. 8, 315-352
JUSTIÇA VIRTUAL: A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E A AMPLIAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA PELO CIDADÃO	Vol. 7, 329-343
LIBERDADE CONSTITUCIONAL DE GÊNERO: LEI MARIA DA PENHA	Vol. 5, 315-332
LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DISCURSO DO ÓDIO NO BRASIL	Vol. 16.3, 227-255
LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PROGRAMAS HUMORÍSTICOS	Vol. 17.1, 131-170
LIMITES À RETROATIVIDADE DO PRECEDENTE UNIFORMIZADOR DE JURISPRUDÊNCIA	Vol. 11, 51-78
MEDIDA PROVISÓRIA 417/08 E SUA QUESTIONÁVEL CONSTITUCIONALIDADE: A QUESTÃO DA ABORDAGEM DE MATÉRIA PENAL	Vol. 9, 185-200
MÍDIAS SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO NO REGIME DEMOCRÁTICO	Vol. 16.2, 103-127
MINISTÉRIO PÚBLICO – TRAÇOS DE SUA ORIGEM	Vol. 1, 260-278
MODULAÇÃO TEMPORAL DE EFEITOS NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	Vol. 10, 171-190
NOVA LEI FRANCESA DE LAICIDADE E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS: ENSAIO INTRODUTÓRIO	Vol. 6, 317-358
O CONSTITUCIONALISMO ECONÔMICO: ESTUDO SOBRE O PRINCÍPIO DA PROPRIEDADE PRIVADA E O DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE	Vol. 4, 267-286
O CONTROLE JURISDICIONAL DA OMISSÃO INCONSTITUCIONAL – A AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO E O MANDADO DE INJUNÇÃO	Vol. 3, 95-112
O DIREITO À SAÚDE E O RETROCESSO/REVISÃO DO POSTULADO FUNDAMENTAL DO SER HUMANO: SINTOMAS E HIÁNCIA	Vol. 12.2, 143-156

O EFEITO PERANTE TERCEIROS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E SUA APLICAÇÃO NA ORDEM CONSTITUCIONAL BRASILEIRA	Vol. 13.2, 313-338
O ESTADO DE EXCEÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988	Vol. 11, 121-136
O MANDADO DE INJUNÇÃO E A LIMITAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO DOS MILITARES: A EFETIVIDADE DO DIREITO CONSTITUCIONAL AO LAZÉR	Vol. 14.2, 97-121
O PODER MODERADOR COMO ORIGEM DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL	Vol. 4, 195-224
O POSICIONAMENTO CONTRAMAJORITÁRIO DO PODER JUDICIÁRIO E AS CONQUISTAS DO MOVIMENTO LGBT	Vol. 15.1, 141-169
O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE EM FACE DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA SEGURANÇA JURÍDICA E DA BOA-FÉ	Vol. 2, 105-113
OS DIREITOS FUNDAMENTAIS E SUA VALIDADE NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES PRIVADAS	Vol. 1, 336-362
OS LIMITES OBJETIVOS DO CONTROLE JUDICIAL DA INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO	Vol. 17.2, 145-173
OS TRATADOS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS SOBRE DIREITOS HUMANOS E SUA UTILIZAÇÃO COMO PARÂMETRO DE AFERIÇÃO DA CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL DAS NORMAS	Vol. 13.2, 247-266
PENA DE MORTE: SOLUÇÃO DA VIOLÊNCIA OU VIOLAÇÃO DO DIREITO À VIDA?	Vol. 7, 139-152
PONDERAÇÃO CONSTITUCIONAL – A LIBERDADE DO ÓRGÃO JURISDICIONAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	Vol. 5, 299-314
PROPRIEDADE COMO DIREITO INDIVIDUAL E COMO PRINCÍPIO DA ORDEM ECONÔMICA	Vol. 8, 353-370
<i>RECALL</i> : INSTRUMENTO GARANTIDOR DA LEGITIMIDADE REPRESENTATIVA	Vol. 1, 242-249
REGULAMENTAÇÃO DA COMUNICAÇÃO EM FACE DA PROTEÇÃO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	Vol. 17.1, 173-207
SÚMULA VINCULANTE: SOLUÇÃO OU EXCRESCÊNCIA JURÍDICA?	Vol. 9, 57-86
SÚMULAS VINCULANTES	Vol. 4, 225-236
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, LEGITIMIDADE E CORTE CONSTITUCIONAL	Vol. 8, 247-273

TEORIA DO MÍNIMO EXISTENCIAL COMO FUNDAMENTO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO – UM  
DIALOGO NA BUSCA DE UMA EXISTÊNCIA DIGNA

Vol. 14.2, 11-32

TWITTER E FACEBOOK: LIBERDADE DE EXPRESSÃO E VIDA PRIVADA

Vol. 15.1, 39-69

UMA NOVA ROUPAGEM PARA A INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Vol. 5, 471-480

VIDA E ARBITRIO INDIVIDUAL: O DEVER MÉDICO VERSUS A LIBERDADE RELIGIOSA

Vol. 9, 157-184

### **DIREITO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE**

A TUTELA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES PELO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

Vol. 14.1, 73-97

A VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA AFETIVIDADE EM FUNÇÃO DA ORIENTAÇÃO SEXUAL DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE

Vol. 16.3, 123-147

CONFLITO ENTRE A SEPARAÇÃO DOS PODERES E OS PRINCÍPIOS DA PROTEÇÃO INTEGRAL E PRIORIDA-  
DE ABSOLUTA: DIREITOS GARANTIDOS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Vol. 2, 236-243

DIREITO PENAL JUVENIL E ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Vol. 13.2, 207-228

O DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA SANCIONAL JUVENIL NA ALEMANHA

Vol. 13.1, 51-64

O INSTITUTO PRESCRICIONAL NA AÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

Vol. 3, 407-418

### **DIREITO DO CONSUMIDOR**

A DEFESA DO CONSUMIDOR E A FALTA DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA PARA A REGULAÇÃO DO COMÉRCIO  
ELETRÔNICO NO BRASIL

Vol. 9, 255-290

A IMPORTÂNCIA DA PERCEPÇÃO HOLÍSTICA DO CONSUMIDOR COMO SUPORTE DE UMA SOCIEDADE  
PERDURÁVEL

Vol. 15.2, 63-92

A INVERSÃO PROBATÓRIA NO CDC E A HERMENÊUTICA JURÍDICA

Vol. 15.2, 137-157

A OUTORGA DE CRÉDITO AO CONSUMIDOR

Vol. 8, 11-25

APLICAÇÃO DO ART. 14 DO CDC NA APURAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DAS EMPRESAS PRESTADORAS  
DE SERVIÇOS VIA REDE ELETRÔNICA

Vol. 4, 115-128

DIREITO À INFORMAÇÃO QUALIFICADA NA RELAÇÃO MÉDICO-PACIENTE: ESTUDO DAS IMPLICAÇÕES DA DIFERENÇA ENTRE CERTIFICADO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU E TÍTULO DE ESPECIALISTA EM DERMATOLOGIA

Vol. 13.2, 267-290

O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA EFICIÊNCIA NA DEFESA DO CONSUMIDOR DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Vol. 5, 393-402

UMA VISÃO PANORÂMICA DAS ASTREINTES: DESTINAÇÃO NAS RELAÇÕES CONSUMERISTAS EM JUÍZO

Vol. 14.2, 255-271

## **DIREITO DO TRABALHO**

A REALIDADE DO TELETRABALHO NO BRASIL E NOS TRIBUNAIS BRASILEIROS

Vol. 12.1, 103-116

AS RELAÇÕES LABORAIS E O USO DAS TECNOLOGIAS INFORMÁTICAS: O CASO ESPANHOL

Vol. 2, 244-259

O ASSÉDIO MORAL NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS

Vol. 7, 61-73

O TELETRABALHO DENTRO DE UMA VISÃO MAIS AMPLA DA SUBORDINAÇÃO JURÍDICA

Vol. 3, 507-522

PARADIGMAS CONTEMPORÂNEOS: *O NAVIO NEGREIRO* DO SÉCULO XXI

Vol. 17.1, 35-68

PRESSÃO, SOBRECARGA DE TRABALHO E REALIZAÇÃO DE TAREFAS FORA DA JORNADA DE TRABALHO – A FACE MAIS OBJETIVA DO ASSÉDIO MORAL

Vol. 6, 207-226

UMA NOVA MANEIRA DE TRABALHAR: TELETRABALHO – CONCEITO E A LEI APLICÁVEL

Vol. 3, 113-124

## **DIREITO ECONÔMICO**

ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO AMBIENTAL: APLICAÇÃO DAS TEORIAS DE PIGOU E COASE

Vol. 15.3, 31-48

O PAPEL DO DIREITO ECONÔMICO COMO FATOR DE CONCILIAÇÃO ENTRE O LIBERALISMO E O SOCIALISMO

Vol. 2, 307-323

O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS E SOCIAIS E SUA EFETIVAÇÃO JURÍDICO-POLÍTICA NA ORDEM ECONÔMICA

Vol. 7, 305-327

OS DESAFIOS REGULATÓRIOS DO PRÉ-SAL E OS SEUS REFLEXOS NA ATUAÇÃO DA ANP

Vol. 13.1, 141-156

TEORIA JURÍDICA DO MERCADO E A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Vol. 15.2, 39-62

UMA ABORDAGEM ACERCA DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS BALIZADORES DO DIREITO ANTITRUSTE: EFICIÊNCIA E OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

Vol. 10, 83-104

## **DIREITO ELEITORAL**

A DUPLA FILIAÇÃO PARTIDÁRIA SOB A ÓTICA DA LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS (LEI Nº 9.096/95)

Vol. 4, 139-152

A INELEGIBILIDADE DO NÃO-ALFABETIZADO COMO INIBIDORA DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

Vol. 13.1, 117-140

A REPRESENTAÇÃO ELEITORAL PREVISTA NO ART. 30-A DA LEI DAS ELEIÇÕES: ASPECTOS PROCESSUAIS E ESTUDO SOBRE A CONSTITUCIONALIDADE DO DISPOSITIVO

Vol. 10, 105-130

## **DIREITO EMPRESARIAL**

A LEI 11.101/05 APLICADA AO CASO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA VARIG

Vol. 10, 255-272

A REGULAÇÃO DO INVESTIMENTO EM INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E O DIREITO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL NO SETOR PETROLÍFERO BRASILEIRO

Vol. 5, 37-58

CÓDIGO CIVIL DE 2002: A RELAÇÃO ENTRE ADMINISTRADOR NÃO-SÓCIO E AS SOCIEDADES SIMPLES E EMPRESÁRIAS LTDA

Vol. 1, 319-335

FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS: CONTRIBUIÇÃO PARA A MATERIALIZAÇÃO DA FUNÇÃO SOCIAL

Vol. 17.2, 87-110

LIMITAÇÕES AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL: ESPECULAÇÃO NA NOVA LEI DE FALÊNCIA

Vol. 5, 595-606

LIVRE CONCORRÊNCIA

Vol. 5, 215-228

## **DIREITO INTERNACIONAL**

A IMPORTÂNCIA E OS DESAFIOS DO CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS HUMANITÁRIOS

Vol. 16.3, 93-122

A POSSIBILIDADE DA DENÚNCIA DE TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL E O CONGRESSO NACIONAL

Vol. 8, 495-514

A PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO PLANO SUPRANACIONAL: O CASO EUROPEU

Vol. 11, 299-318

AS SENTENÇAS DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E A EXECUÇÃO NO BRASIL	Vol. 8, 531-562
AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS E O SISTEMA INTERAMERICANO: O CASO XÁKMOK KÁSEK	Vol. 17.2, 33-46
CAMINHOS PARA A ESTABILIDADE DEMOCRÁTICA NO MERCOSUL: A QUESTÃO DA VENEZUELA	Vol. 17.1, 69-90
CONFLITOS SÓCIO-POLÍTICOS E JURÍDICOS DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM AS BACIAS DO NORDESTE SETENTRIONAL	Vol. 10, 33-46
DERECHO INTERNACIONAL, PROTECCIÓN DEL INVERSOR EXTRANJERO Y ACUERDOS BILATERALES, QUO VADIS?	Vol. 8, 57-86
DIREITO DA INTEGRAÇÃO: CAMINHO RUMO AO FIM DA SOBERANIA DOS ESTADOS?	Vol. 5, 481-504
DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS: ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO COMPARADA DOS PAÍSES DO MERCOSUL	Vol. 8, 167-191
GLOBALIZAÇÃO, INTEGRAÇÃO ECONÔMICA E DIREITO DO CONSUMIDOR COMPARADO: COTEJO DAS NORMAS DE DIREITO DO CONSUMIDOR DOS PAÍSES MEMBROS DO MERCOSUL	Vol. 6, 35-48
IBAS: REALIDADES E PERSPECTIVAS	Vol. 5, 361-376
INTERPRETAÇÃO DA NORMA JURÍDICA PELO ÁRBITRO INTERNACIONAL	Vol. 15.1, 241-259
O SISTEMA INTERNACIONAL DE PATENTES E SUA INSTRUMENTALIZAÇÃO	Vol. 7, 21-43
O TRÁFICO INTERNACIONAL DE ANIMAIS: TRATAMENTO NORMATIVO E A REALIDADE BRASILEIRA	Vol. 14.2, 33-49
OS PROCEDIMENTOS DE TOMADA DE DECISÕES DO CONSELHO GERAL DA OMC, EXPRESSÃO OU NÃO DE DEMOCRACIA? UMA ANÁLISE DO ARTIGO IX DA ATA DE MARRAQUECHE	Vol. 5, 121-146
OS PROBLEMAS DOS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO: UMA VISÃO JURÍDICA, ECONÔMICA E COMERCIAL	Vol. 6, 19-34
REVOLUÇÕES ECONÔMICAS, GRANDES MIGRAÇÕES E O SURGIMENTO DAS CIDADES DE CHEGADA	Vol. 17.2, 175-194

## DIREITO PENAL

A APLICAÇÃO DA EXCLUDENTE DE CULPABILIDADE DO ART. 128, II, DO CÓDIGO PENAL AOS CASOS SE ANENCEFÁLIA: PREVALÊNCIA EXCEPCIONAL DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA SOBRE O DIREITO À VIDA	Vol. 3, 185-206
A CESSAÇÃO DA PERICULOSIDADE E A APLICABILIDADE DA MEDIDA DE SEGURANÇA POR PRAZO INDETERMINADO SOB AS ÓTICAS CONSTITUCIONAL E PENAL	Vol. 10, 59-70
A CONCEPÇÃO MATERIAL DO TIPO PENAL E A IMPORTÂNCIA DA INSIGNIFICÂNCIA COMO CAUSA DE EXCLUDENTE DE CULPABILIDADE	Vol. 1, 214-224
A CONTEMPORANEIDADE E O TRATAMENTO DOS ESTRANHOS À COMUNIDADE	Vol. 3, 263-278
A DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL E A POSSIBILIDADE DE UM DIREITO PENAL JUVENIL	Vol. 15.2, 159-179
A EXPANSÃO DO DIREITO PENAL À LUZ DO ESTADO CONSTITUCIONAL DE DIREITO	Vol. 16.3, 149-188
A LEGÍTIMA DEFESA ANTECIPADA	Vol. 3, 299-312
A RESPONSABILIDADE PENAL DO ESTADO POR CRIMES AO AMBIENTE	Vol. 3, 545-556
A RESTAURAÇÃO DA EFICÁCIA PUNITIVA ESTATAL: ESTRUTURA E TELEOLOGIA DA DELAÇÃO PREMIADA	Vol. 15.1, 223-240
A VIOLAÇÃO DA PERSONALIDADE HUMANA PELO EXPANSIONISMO PENAL	Vol. 15.3, 49-83
ANENCEFALIA: ABORTO ILEGAL OU INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA?	Vol. 12.2, 105-124
ANTECEDENTES, REINCIDÊNCIA E REABILITAÇÃO À LUZ DO PRINCÍPIO DE CULPABILIDADE	Vol. 12.1, 143-160
APLICABILIDADE DA TENTATIVA NOS CRIMES UNISSUBSISTENTES	Vol. 3, 83-94
APLICAÇÃO CONSTITUCIONAL DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS	Vol. 10, 191-216
APONTAMENTOS JURÍDICOS ACERCA DA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL	Vol. 10, 17-32
ASPECTOS POLÊMICOS DA RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA	Vol. 4, 181-194
BASES DE UMA TEORIA DO DELITO A PARTIR DA FILOSOFIA DA LINGUAGEM	Vol. 14.1, 241-264



BONS ARGUMENTOS NO DIREITO PENAL	Vol. 14.1, 199-217
DISCURSO SOBRE O SISTEMA PENAL – UMA VISÃO CRÍTICA	Vol. 3, 523-544
FUNÇÕES DA PENA: PARADOXOS FÁTICOS DA TEORIA PREVENTIVA	Vol. 13.2, 147-170
JUSTIÇA RESTAURATIVA E RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS FAMILIARES	Vol. Vol. 17.1, 231-250
MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: ORIGEM, LIMITES E POSSIBILIDADES DE ENFRENTAMENTO	Vol. 14.2, 75-95
NOTAS AO SISTEMA HUMANISTA DE BECCARIA: BREVE CONTRIBUTO À CONSTRUÇÃO DE UMA ANTINOMIA ENTRE BECCARIA E KAFKA	Vol. 2, 41-56
O FUNDAMENTO POLÍTICO DO DIREITO DE DEFESA E O SEU CONTRASTE NA CONTEMPORANEIDADE	Vol. 10, 71-82
O TRABALHO CARCERÁRIO COMO OPÇÃO DE REINserÇÃO DO APENADO	Vol. 12.1, 169-192
REPARAÇÃO DO DANO PENAL NO DIREITO BRASILEIRO	Vol. 17.2, 195-223

## **DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL E PRINCIPIOLÓGICA ACERCA DA AMPLIAÇÃO DO INSTITUTO DA GRANDE INVALIDEZ A OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	Vol. 12.1, 193-210
O CONCEITO DE INCAPACIDADE NO ÂMBITO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	Vol. 17.1, 91-130

## **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

A APLICABILIDADE DA LEI 11.441/2007: INVENTÁRIO, PARTILHA, SEPARAÇÃO E DIVÓRCIO EXTRAJUDICIAIS	Vol. 8, 401-427
A CONCILIAÇÃO COMO FORMA DE SOLUÇÃO CÉLERE E EFICAZ DAS LIDES CÍVEIS	Vol. 8, 429-452
A ERA VIRTUAL DO PROCESSO JUDICIAL: A EXPERIÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS VIRTUAIS E O PROJETO DE LEI DE INFORMATIZAÇÃO DO PROCESSO	Vol. 3, 383-406

A IMPENHORABILIDADE DOS SALÁRIOS ANTE OS PRINCÍPIOS DA EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL, DA PROPORCIONALIDADE E DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	Vol. 10, 09-16
A IMPERATIVIDADE DO DIREITO POSITIVO E O PODER DO JUIZ NA APRECIÇÃO DA MEDIDA LIMINAR	Vol. 12.1, 161-168
ANÁLISE DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE: A EXEGESE DO §7º DO ART. 273 DO CPC	Vol. 3, 343-352
ANÁLISE ECONÔMICA DA EXECUÇÃO PENAL: RESSOCIALIZAÇÃO E REGIME SEMIABERTO	Vol. 13.2, 101-124
ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA DA PARTE INCONTROVERSA DO PEDIDO: JULGAMENTO ANTECIPADO DÁ LIDE?	Vol. 3, 369-382
APONTAMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA DAS MULTAS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	Vol. 5, 545-552
ATIVIDADE INSTRUTÓRIA DO MAGISTRADO, IMPARCIALIDADE E IGUALDADE PROCESSUAL	Vol. 5, 415-432
BREVE ANÁLISE SOBRE O PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL NO PROCESSO CIVIL COMO MECANISMO DE CELERIDADE E EFETIVIDADE PROCESSUAIS	Vol. 1, 306-318
BREVIÁRIO: A CONSTRUÇÃO DO SIGNIFICADO DO CASO E SUAS REPERCUSSÕES NO PROCESSO CIVIL	Vol. 7, 401-409
CLÁUSULA DA REPERCUSSÃO GERAL SOB A ÓTICA DOS SISTEMAS AUTOPOIÉTICOS: PARA UMA CRÍTICA DO CRITÉRIO DA "RELEVÂNCIA"	Vol. 14.2, 169-190
CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DAS PROPOSTAS DE ALTERAÇÕES NO SISTEMA RECURSAL CÍVEL BRASILEIRO PRESENTES NO ANTEPROJETO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	Vol. 12.1, 117-134
DA POSSIBILIDADE DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO POSSUÍREM EFEITO SUSPENSIVO	Vol. 3, 20
DA PROMOÇÃO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA PELA DEFENSORIA PÚBLICA	Vol. 12.1 89-102
DIREITO À PROVA NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO	Vol. 13.2, 189-206
DIREITO PROCESSUAL E FILOSOFIA DO DIREITO: UMA VISÃO DO PROCESSO COM APORTE NA TEORIA DO DISCURSO – BREVISSIMAS CONSIDERAÇÕES	Vol. 4, 371-388
ESTUDO DA EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA E O ERRO MATERIAL COMO CAUSA DE REVISÃO DOS PRECATÓRIOS JUDICIAIS	Vol. 2, 201-221

EXISTÊNCIA E VALIDADE DA RELAÇÃO PROCESSUAL	Vol. 1, 12-24
INSERÇÃO E PERSPECTIVAS DA TUTELA ESPECÍFICA DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER NO ORDENAMENTO JURÍDICO PÁTRIO	Vol. 3, 497-506
JULGAMENTO FRACIONADO DA LIDE COM ANTECIPAÇÃO PARCIAL E DEFINITIVA DA TUTELA	Vol. 5, 183-196
O DIREITO DE DEFESA DURANTE O INQUÉRITO POLICIAL E A SÚMULA VINCULANTE 14	Vol. 11, 253-284
O JULGAMENTO LIMINAR DAS AÇÕES REPETITIVAS E A MITIGAÇÃO DAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO ACESSO À JUSTIÇA E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL	Vol. 5, 255-270
O JULGAMENTO LIMINAR DE IMPROCEDÊNCIA – UMA LEITURA SISTEMÁTICA DA LEI 11.277/2006	Vol. 8, 275-313
O ÓBVIO QUE NÃO SE VÊ: A NOVA FORMA DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE	Vol. 2, 346-350
O PAPEL DO JUIZ NA TENTATIVA DA PACIFICAÇÃO SOCIAL: A IMPORTÂNCIA DAS TÉCNICAS DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO	Vol. 6, 147-174
O PROCESSO CIVIL NO ESTADO CONSTITUCIONAL E O FENÔMENO DA “COMMONLAWLIZAÇÃO” DO DIREITO BRASILEIRO	Vol. 6, 175-190
O RECURSO DE AGRAVO NA NOVA SISTEMÁTICA DA LEI 11.187/2005	Vol. 2, 114-140
O RECURSO EXTRAORDINÁRIO NA PEC DOS RECURSOS	Vol. 13.2, 09-30
PRIMEIRAS IMPRESSÕES SOBRE O NOVO CONCEITO DE SENTENÇA E O PROBLEMA DA RECORRIBILIDADE	Vol. 4, 19-36
PRINCÍPIO DISPOSITIVO E O PUBLICISMO NO PROCESSO CIVIL	Vol. 3, 313-332
RECENTES ALTERAÇÕES DO CPC	Vol. 2, 157-188
UMA TEORIA INFORMATIVA DO PROCESSO SOB NOVOS PARADIGMAS	Vol. 14.1, 219-240
<b>DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO</b>	
ENSAIO SOBRE O SISTEMA PROCESSUAL METAINDIVIDUAL TRABALHISTA	Vol. 14.2, 143-167

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

A EFETIVAÇÃO DA DEFESA PENAL DATIVA COMO SERVIÇO PÚBLICO ESSENCIAL À FUNÇÃO JURISDICIONAL DO ESTADO	Vol. 5, 25-36
A IMPOSSIBILIDADE DE VEDAÇÃO LEGISLATIVA ABSOLUTA A LIBERDADE PROVISÓRIA: UMA CONSTRUÇÃO DO PROCESSO PENAL CONSTITUCIONAL	Vol. 3, 53-70
A LEGÍTIMA DEFESA PERMANENTE FRENTE AOS PRINCÍPIOS DA SOBERANIA DO JÚRI E DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO	Vol. 4, 359-370
A MISTIFICAÇÃO DA PROVA PERICIAL COMO FORMA DE BUSCA DA VERDADE	Vol. 14.2, 235-253
A REVISÃO CRIMINAL, UM DIREITO NÃO SÓ DO CONDENADO, MAS TAMBÉM DA SOCIEDADE	Vol. 1, 202-213
A VALORAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS NA DOSIMETRIA DA PENA	Vol. 5, 271-298
BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A NECESSIDADE DE REPRESENTAÇÃO DA VÍTIMA NOS CRIMES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA OU FAMILIAR (LEI 11.340/06)	Vol. 4, 105-114
CRITÉRIOS ORIENTADORES PARA A FIXAÇÃO DA PENA-BASE: EM BUSCA DA DEVIDA ADEQUAÇÃO AO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE	Vol. 1, 117-125
DA POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE NO PROCESSO PENAL	Vol. 5, 377-392
DOS DEFEITOS DOS ATOS PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO PROCESSO PENAL	Vol. 2, 11-16
IDENTIFICAÇÃO DE UM GRUPO DE RISCO: UM ESTUDO A PARTIR DA REALIDADE DE VIDA DAS APENADAS DA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DO SERIDÓ (PES) EM CAICÓ	Vol. 14.2, 51-74
INQUÉRITO POLICIAL: APONTAMENTOS SOBRE SEU VALOR PARA A <i>PERSECUTIO CRIMINIS</i>	Vol. 5, 403-414
MINISTÉRIO PÚBLICO COMO AGÊNCIA DE <i>ACCOUNTABILITY</i> : CIFRAS BRANCAS DA IMPUNIDADE E INTERUPÇÃO DO SISTEMA DE- JUSTIÇA	Vol. 2, 90-104
O ABUSO DA GARANTIA DE DEFESA NO PROCESSO PENAL: A RENOVAÇÃO DA DEFESA PENAL PROTETORA	Vol. 7, 75-88
O PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL NA APURAÇÃO DO ATO INFRACIONAL	Vol. 3, 461-470

TRIBUNAL DO JÚRI – UMA LEITURA DO ART. 487 DO CPP À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL  
Vol. 5, 433-454

UMA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL DA PRISÃO PREVENTIVA  
Vol. 5, 105-120

## **DIREITO REGISTRAL IMOBILIÁRIO**

QUALIFICAÇÃO REGISTRAL IMOBILIÁRIA DOS TÍTULOS JUDICIAIS: CRITÉRIOS E LIMITES CONFORME A DOUTRINA BRASILEIRA  
Vol. 12.2, 49-76

INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA: DA METÁFORA DOS “PLANOS JURÍDICOS” ÀS SUAS REPERCUSSÕES EFICÁCIAS  
Vol. 15.3, 117-140

## **DIREITO TRIBUTÁRIO**

A EXTRAFISCALIDADE DO IPTU COMO INSTRUMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO URBANÍSTICO  
Vol. 14.1, 317-338

A MARCHA DIALÉTICA DO ESTADO E DA TRIBUTAÇÃO: UMA ABORDAGEM HEGELIANA DOS MODELOS DE ESTADO E SUAS RELAÇÕES COM O ESTADO REGULADOR FISCAL BRASILEIRO  
Vol. 14.1, 145-164

A NORMATIVIDADE DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS  
Vol. 1, 103-115

CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA: A BASE DE CÁLCULOS E O DESTINO DE SUA ARRECADAÇÃO  
Vol. 2, 150-156

DIAGNÓSTICO DA INSTABILIDADE JURISPRUDENCIAL EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA NO BRASIL  
Vol. 4, 237-266

FUNDAMENTOS PRINCIPOLÓGICOS DO DIREITO E O DEVIDO PROCESSO LEGAL TRIBUTÁRIO  
Vol. 4, 287-324

O PRINCÍPIO DO NÃO-CONFISCO  
Vol. 12.2, 31-48

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: O LIMITE DA LEGALIDADE DA CONDUTA DO CONTRIBUINTE  
Vol. 4, 73-90

RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL  
Vol. 13.2, 91-100

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA  
Vol. 1, 363-379

## ARGUMENTAÇÃO E HERMENÊUTICA

A ESPECIALIZAÇÃO DO SABER NO DIREITO	Vol. 8, 117-129
A LINGUAGEM JURÍDICA COMO ATO COMUNICATIVO: UMA CONCEPÇÃO SINTÁTICO-SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA	Vol. 2, 83-90
A RETÓRICA E A RECONSTITUIÇÃO DA “VERDADE” NA DECISÃO JURÍDICA	Vol. 17.2, 125-143
AS MOTIVAÇÕES DA SENTENÇA E A HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL: UMA NOVA CONSTRUÇÃO IDEOLÓGICA	Vol. 6, 113-136
FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES E LIMITES DA INTERPRETAÇÃO/APLICAÇÃO DAS NORMAS	Vol. 15.2, 181-214
HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS	Vol. 2, 141-149
HERMENÊUTICA CONTEMPORÂNEA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	Vol. 14.1, 123-144
HERMENÊUTICA JURÍDICA – NORMA E COMPREENSÃO	Vol. 14.2, 191-217
MÉTODO PARA COMPOR E AVALIAR ARGUMENTOS JURÍDICOS	Vol. 16.3, 189-226
O CAMINHO HERMENÊUTICO DO JURISTA NA APLICAÇÃO DAS NORMAS	Vol. 11, 103-120
REGRAS, PRINCÍPIOS, VALORES E POSTULADOS PARA BEM APLICAR O DIREITO	Vol. 6, 257-282

## CIÊNCIA POLÍTICA

A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE LIBERDADE: DA PRÉ-MODERNIDADE, À MODERNIDADE EM CRISE	Vol. 12.2, 125-142
A PASSAGEM DA LIBERDADE NATURAL PARA A LIBERDADE CONVENCIONAL: DILEMAS DA SOCIEDADE CONTRATUAL	Vol. 4, 91-104
A SEPARAÇÃO DE PODERES COMO FUNDADORA DE UMA PSEUDOLIBERDADE	Vol. 13.1, 195-208
ANÁLISE DO FEDERALISMO ANTI-COOPERATIVO BRASILEIRO PÓS-CONSTITUIÇÃO DE 88: UMA REFORMULAÇÃO NECESSÁRIA	Vol. 3, 241-262
BIOPOLÍTICA E O CAMPO COMO PARADIGMA DO ESPAÇO POLÍTICO MODERNO: UM ESTUDO SOBRE AS RELAÇÕES DE PODER, SOBERANIA E HOMO SACER	Vol. 11, 137-154

CIDADANIA, DIREITO, LIBERDADE E NOVA ÉTICA URBANA	Vol. 1, 225-241
DEMOCRACIA NO PODER JUDICIÁRIO	Vol. 1, 250-259
O JUDICIÁRIO FRANCÊS SOB A ÓTICA DE UM JUIZ BRASILEIRO	Vol. 8, 131-165
PRESIDENCIALISMO E DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA	Vol. 6, 283-306
UM JUDICIÁRIO EFICIENTE	Vol. 8, 453-477
UMA ANÁLISE DA IDÉIA DE LIBERDADE NAS DIFERENTES FASES DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA	Vol. 5, 333-346

## FILOSOFIA

A CONCEPÇÃO DE TEMPO NO LIVRO XI DAS CONFISSÕES DE SANTO AGOSTINHO	Vol. 1, 25-30
A FUNÇÃO DO DIREITO NO MUNDO DA VIDA: LINGUAGEM, EMANCIPAÇÃO E RECONHECIMENTO	Vol. 15.3, 85-115
A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA FILOSOFIA NA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO DIREITO.	Vol. 16.3, p. 211-232
A PROVA ONTOLÓGICA EM ANSELMO, TOMÁS DE AQUINO E EM DESCARTES	Vol. 2, 17-26
CONCEPÇÕES DE DIREITO E DE ESTADO DOS SOFISTAS	Vol. 6, 137-146
CONSIDERAÇÕES SOBRE A ORIGEM DA FILOSOFIA	Vol. 6, 57-62
CONTRIBUIÇÕES DA FILOSOFIA PARA A CIÊNCIA: UMA ILUSTRAÇÃO	Vol. 10, 47-58
CRISE DA DEGENERESCÊNCIA E DISCURSO EM BACHELARD E FOUCAULT	Vol. 17.2, 111-123
DIREITO E LIBERDADE NA FILOSOFIA DE IMMANUEL KANT	Vol. 13.1, 65-78
DWORKIN ALÉM DA METAFÍSICA E DO CETICISMO	Vol. 17.2, 47-85
JUSTIÇA COMO EQUIDADE EM JOHN RAWLS: UMA LEITURA ACERCA DO SEU STATUS DE TEÓRIA ALTERNATIVA	Vol. 1, 393-399

LIBERDADE, VIOLÊNCIA E DIREITO: QUESTÕES DE MEIOS E DE FINS, UMA LEITURA EM MICHEL FOUCAULT E EM WALTER BENJAMIN ..... Vol. 8, 193-219

MORALIDADE E LEIS DE NATUREZA EM HOBBS ..... Vol. 4, 459-472

O CONCEITO DE PERSONA E SUAS IMPLICAÇÕES NO PENSAMENTO JURÍDICO DE HEGEL ..... Vol. 17.2, 11-31

O HOMEM ANGUSTIADO ..... Vol. 5, 99-104

O PROBLEMA DA EQUIDADE DA PENA NA DOCTRINA DO DIREITO DE KANT ..... Vol. 13.2, 31-44

O PROBLEMA DA SIMPLICIDADE NO ÂMBITO DA CIÊNCIA ..... Vol. 9, 19-32

PÓS-POSITIVISMO: A VERSÃO PRAGMÁTICA DE POSNER ..... Vol. 15.3, 141-170

## **INTERDISCIPLINAR**

CAMINHANDO ENTRE A (IN)VISIBILIDADE: UMA ANÁLISE JURÍDICA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 5.012/2013 – LEI DE IDENTIDADE DE GÊNERO ..... Vol. 16.1, 65-85

CONSIDERAÇÕES SOBRE O LÓCUS DA MULHER NEGRA BRASILEIRA SOB AS PERSPECTIVAS DE GÊNERO E DE RAÇA ..... Vol. 13.2, 339-354

DELINQUÊNCIA JUVENIL NA COMARCA DE MOSSORÓ/RN: UMA QUESTÃO DE ORDEM NORMATIVA OU DE CUNHO POLÍTICO-SOCIAL? ..... Vol. 13.1, 79-116

DIVERSIDADE CULTURAL: PROTEÇÃO E TUTELA NA PÓS-MODERNIDADE ..... Vol. 16.3, 11-35

JURIMETRIA: ESTATÍSTICA APLICADA AO DIREITO ..... Vol. 16.1, 87-103

PARA ALÉM DO DIREITO: O FENÔMENO TOTALITÁRIO ..... Vol. 12.1, 75-88

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O USO DA BICICLETA COMO MEIO DE TRANSPORTE PARA O TRABALHO: ENTRE REALIDADE E UTOPIA ..... Vol. 16.1, 135-169

TRABALHO INFANTIL: DELINEAMENTOS BASILARES ACERCA DESSA NEFASTA REALIDADE ARRAIGADA NAS SOCIEDADES ..... Vol. 11, 209-230



## **PEDAGOGIA E METODOLOGIA**

A EDUCAÇÃO POPULAR EM PAULO FREIRE: EXPERIÊNCIAS DO PROJETO ESTAÇÃO DE DIREITOS COMO SERVIÇO DE APOIO JURÍDICO UNIVERSITÁRIO

Vol. 4, 325-338

A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA DISCIPLINA DIREITO E DESENVOLVIMENTO NOS CURSOS JURÍDICOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Vol. 4, 53-62

A NOVA DISCIPLINA DO CONTEÚDO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS CURSOS JURÍDICOS: DIREITO MINERÁRIO

Vol. 5, 519-528

CINEMA: FERRAMENTA OU ESTRATÉGIA PARA A EDUCAÇÃO JURÍDICA?

Vol. 16.3, 37-57

INTERDISCIPLINARIDADE: UMA CONCEPÇÃO EMERGENTE NO ENSINO SUPERIOR DE DIREITO

Vol. 3, 231-240

LUZ! CÂMERA! DIREITO! A SÉTIMA ARTE COMO RECURSO DIDÁTICO À COMPREENSÃO DO DIREITO

Vol. 16.1, 191-210

O FENÔMENO EVOLUTIVO DA METODOLOGIA CIENTÍFICA

Vol. 7, 89-95

## **PSICOLOGIA JURÍDICA**

A AÇÃO DA PSICOLOGIA JURÍDICA FRENTE AOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

Vol. 5, 173-182

## **SOCIOLOGIA**

APONTAMENTOS PARA UMA CRÍTICA À TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Vol. 7, 53-59

DO DIREITO CONSUETUDINÁRIO INGLÊS À IMPESSOALIDADE LEGAL: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DO DESMANTELAMENTO DA SOLIDARIEDADE RURAL E O SURGIMENTO DE OUTRA BASEADA NO CÁLCULO SISTEMÁTICO TÍPICO DO MERCADO MODERNO

Vol. 9, 99-114

OS EXCLUÍDOS: UMA RECONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA E ECONÔMICA DO ENVOLVIMENTO COM ENTORPECENTES NA CIDADE DE MÓSSORÓ/RN (1986-2003)

Vol. 7, 377-400

## **TEORIA DA CONSTITUIÇÃO**

A CONSTITUCIONALIZAÇÃO SIMBÓLICA: A PERIFERIZAÇÃO DO CENTRO E O ESTADO DE EXCEÇÃO COMO PARADIGMA DE GOVERNO

Vol. 9, 201-222

A CONTRIBUIÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NA CONCRETIZAÇÃO DA DEMOCRACIA: PAPEL E LIMITES DA JUSTIÇA SOB A ÓTICA DO PRINCÍPIO DA MAIORIA E DO PRINCÍPIO DO CONSTITUCIONALISMO ..... Vol. 13.2, 355-378

A DIMENSÃO OBJETIVA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: É POSSÍVEL RECONHECER OS DIREITOS FUNDAMENTAIS COMO UMA ORDEM OBJETIVA DE VALORES? ..... Vol. 13.1, 09-24

A FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO E A EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS NO DIREITO BRASILEIRO ..... Vol. 11, 21-36

O PÓS-POSITIVISMO DO NEOCONSTITUCIONALISMO ..... Vol. 16.1, 171-189

## TEORIA DO DIREITO

A INFLUÊNCIA DO RACIONALISMO NO SISTEMA JURÍDICO ..... Vol. 12.2, 77-104

A POBREZA NO DIREITO E A POBREZA DO DIREITO ..... Vol. 4, 63-72

APONTAMENTOS ACERCA DA TEORIA ESTRUTURANTE DO DIREITO E A IMPORTÂNCIA DE SUA UTILIZAÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO ..... Vol. 11, 193-208

DIREITO, HISTÓRIA E LITERATURA: REFLEXÕES A PARTIR DA OBRA DE JOÃO GUMES ..... Vol. 14.1, 289-315

HÁ JUSTIÇA NO SÉCULO XXI SEM OPERADORES DO SÉCULO XXI? ..... Vol. 4, 389-410

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITO – UMA BREVE INTRODUÇÃO HISTÓRICA ..... Vol. 1, 279-305

O DIREITO COMO CIÊNCIA ..... Vol. 12.2, 229-250

O PODER SIMBÓLICO RETÓRICO DOS DIREITOS HUMANOS NO DISCURSO JURÍDICO DOGMÁTICO ..... Vol. 14.1, 265-287

O PROBLEMA DA COERÊNCIA DO SISTEMA DE DIREITO POSITIVO NA VISÃO DE HANS Kelsen E LOURIVAL VILANOVA ..... Vol. 10, 153-170

REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS SOBRE A CIÊNCIA JURÍDICA E SEU OBJETO ..... Vol. 17.1, 209-229

SER E DEVER SER NA TEORIA KELSIANA DO DIREITO ..... Vol. 1, 94-102

UM ESTUDO SOBRE A TEORIA DA INTERPRETAÇÃO JURÍDICA NO PENSAMENTO DE HANS Kelsen ..... Vol. 2, 222-235

THEODOR VIEHWEG: JURISPRUDÊNCIA, PENSAMENTO PROBLEMÁTICO E O RETORNO À TÓPICA JURÍDICA.....Vol. 14.2, 123-142

UMA LEITURA DO DIREITO ALTERNATIVO.....Vol. 3, 149-174

## **TEORIA DO ESTADO**

FALIBILIDADE DO CRITÉRIO DE INTERVENÇÃO PARA DELIMITAÇÃO DO MODELO DE ESTADO LIBERAL.....Vol. 12.2, 197-210

## **TEORIA GERAL DO PROCESSO**

A NECESSÁRIA POSTURA DO MAGISTRADO PARA OBTENÇÃO DA PACIFICAÇÃO SOCIAL.....Vol. 13.2, 125-146

DA INTANGIBILIDADE DA VERDADE À IMPROPRIEDADE DOS PRINCÍPIOS DA VERDADE MATERIAL E VERDADE FORMAL.....Vol. 11, 173-192

JURISDIÇÃO DEMOCRÁTICA: UMA VISÃO PROCEDIMENTALISTA PARA A TUTELA SUBSTANCIAL DOS DIREITOS.....Vol. 13.2, 291-312

PONDERAÇÕES ACERCA DO CONTROLE JURISDICIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....Vol. 13.1, 157-17